



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

10/10/2016 - Sinttel-ES

05 de outubro de 2016 — o dia em que o Congresso traiu o povo brasileiro

Manifesto de repúdio à privatização do pré-sal e ao desmonte da Petrobrás

Aqueles que foram eleitos com o propósito de defender os interesses nacionais não passam de vorazes vendilhões que vão entregar à exploração de petrolíferas estrangeiras o direito de extrair do pré-sal, a maior província de petróleo descoberta na atualidade, concedendo-lhes a regalia e o privilégio de serem operadoras dos campos, inclusive dos que já foram descobertos pela Petrobrás.

A condição de operadora garante à Petrobrás o conhecimento geológico do nosso subsolo marinho, a decisão sobre as tecnologias adotadas, a preferência para equipamentos produzidos no Brasil e o ritmo adequado de exploração* (1). Excluí-la significa, dentre outras consequências nefastas, apostar no desemprego e na falência da combatida indústria local.

Manter a Petrobrás como operadora, e não uma empresa estrangeira, é essencial para a nossa soberania. Muitos dos campos do pré-sal estão em águas internacionais, além das 200 milhas, sujeitos a leis específicas. O que poderá acontecer quando um campo desses estiver cercado por navios da bandeira estrangeira encarregada de controlar e operar a produção?

Que poder de fiscalização terá o Brasil, num caso como esse?

Em 1948, o General Horta Barbosa, um dos principais impulsionadores da Campanha O Petróleo é Nosso, sentenciou: " Liberdade e Política são simples palavras, caso não se apoiem na independência econômica, cujo nervo é o petróleo, na paz e na guerra" .

Ao aprovar o PL-4567/16, acabam de virar as costas para o futuro da nação e para a autonomia energética do Brasil tanto a maioria dos deputados federais como o governo Temer, que certamente vai sancionar as mudanças na Lei de Partilha*(2). Essas mudanças atendem, fundamentalmente, às exigências do mercado, comandadas a partir de Washington.

Há, portanto, fortes razões para acreditar que o atual governo, em consonância com os juizes da Lava Jato, com a grande mídia e a maioria dos senadores e deputados que integram o Congresso Nacional servem antes aos interesses externos que aos interesses do Brasil e dos brasileiros, deixando-nos a todas e

todos órfãos, nesse triste momento da nossa História.

O Pré-sal, anunciado no final de 2007, no governo Lula, representou um bilhete-premiado, a oportunidade de sanar todas as mazelas que afligem o povo nos últimos 516 anos. O Brasil teria potencial para se tornar o maior produtor do mundo. O pré-sal seria, se explorado a serviço de um projeto de desenvolvimento honesto e patriótico, a chance de melhorar a educação, a saúde, eliminar o déficit de moradias, sanear as cidades, abrir empregos, investir na infra-estrutura necessária.

Mas o atual governo e seus aliados preferem jogar o bilhete premiado no lixo. Apoiam-se, para justificar o gesto insano, em falácias largamente reproduzidas pela mídia. José Serra, que nunca escondeu a admiração pelas petrolíferas estrangeiras, cita a incapacidade da Petrobras para custear os investimentos e na necessidade de dinamizar a produção. Ora, a alta produtividade dos campos do pré-sal é reconhecida até pelos detratores da Petrobrás que bateu recordes sucessivos de produção no pré-sal e continua a anunciar nova descobertas de campos gigantes. Quanto à capacidade financeira, até hoje a empresa sempre deu lucro, nunca esteve " quebrada" , com falsamente induz a mídia, embora tenha enfrentado momentos difíceis com a queda internacional do preço de petróleo, produzida artificialmente pelo mercado e que atingiu em igual proporção as principais empresas de petróleo do mundo, mas que é reversível.

A porta que se escancara para as privatizações – do petróleo, do setor elétrico, dos minérios, da água, dos portos, aeroportos, da educação, do SUS, enfim em todas as áreas estratégicas e de serviços essenciais -, representa o contrário daquilo que Horta Barbosa pregava. É uma volta ao neocolonialismo e uma renúncia à liberdade, à soberania, ao desenvolvimento. Entregar o petróleo e desmantelar a Petrobrás, como faz o atual presidente da empresa, Pedro Parente, é como matar a " galinha dos ovos de ouro" .

Leia mais em:

<http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/o-5-de-outubro-de-2016-o-dia-em-que-o-congresso-traiu-o-povo-brasileiro/>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

10/10/2016 - Sinttel-ES

Dilma detona gastos milionários de Temer na mídia: 'Propaganda enganosa'

As mentiras de Temer para privatizar empresas públicas, vender o caos para justificar os gastos que já fez com o topo dos servidores públicos e com o Judiciários

O governo Temer lançou campanha publicitária na mídia. Intitulada "Vamos tirar o Brasil do vermelho", a peça publicitária traz malabarismos e ficção. O presidente usurpador busca justificar as medidas que seu governo ilegítimo e sem votos quer tomar, sacrificando o povo e os trabalhadores.

A campanha publicitária enganosa é mais uma peça do golpe, que culminará com o corte de investimentos nas áreas de saúde, educação e defesa nacional, embutido na chamada PEC 241, a PEC do Teto dos Gastos Públicos. É maquiagem grosseira para enganar a sociedade e o povo brasileiros.

Temer tenta desmontar a realidade e demonizar o PT e a oposição, mentindo sobre o governo Dilma Rousseff. Baseada em 14 pontos que alardeiam a situação das contas públicas, a ofensiva midiática do governo golpista proclama mentiras.

1. Sobre os R\$ 54,3 bilhões de despesas do PAC que teriam sido realizadas e não pagas.

É mentira. A verdade é que os restos a pagar do PAC somavam R\$ 49 bilhões, dos quais apenas R\$ 5,6 bilhões foram processados. O restante eram de obras contratadas, mas não prontas. O PAC, em todos os anos, manteve a característica plurianual do Orçamento. Contrata-se num ano e paga-se nos anos seguintes. Isto porque as obras dificilmente são entregues e medidas no mesmo ano de sua contratação.

2. R\$ 2,6 bilhões atrasados no pagamento de tarifas bancárias.

Tais tarifas seriam pagas pelo governo Dilma. Inclusive foi encaminhado projeto de lei de crédito em maio de 2016 para realizar os pagamentos. Tais valores estavam na conta do pedido de redução de meta. Só não foi pago antes, porque o Congresso não votou a alteração da meta até o afastamento da presidenta Dilma Rousseff. Os R\$170 bilhões aprovados como déficit fiscal, se não fossem gastos com benesses pelo governo ilegítimo, dariam e sobriariam para pagar esse valor.

3. R\$ 6 bilhões atrasados em contribuições e aportes a organismos internacionais.

Parte significativa desse valor refere-se a pagamentos de 2016, portanto não estavam atrasados porque o ano ainda não acabou. O valor estava na conta do pedido de redução de meta e só não foi pago antes, porque o Congresso não votou a alteração da meta até o afastamento da presidenta Dilma Rousseff. Os R\$170 bilhões aprovados como déficit fiscal, se não fossem gastos com benesses pelo governo ilegítimo, dariam e sobriariam para pagar esse valor.

4. O Ministério da Saúde devia R\$ 3,5 bilhões a estados e municípios.

Os repasses com a Saúde são fundo a fundo, definidas por lei, e há prazos estipulados para seu pagamento. Na proposta de alteração da meta, havia espaço para o repasses de todos os valores devidos aos estados e municípios. Os R\$170 bilhões aprovados como déficit fiscal, se não fossem gastos com benesses pelo governo ilegítimo, dariam e sobriariam para pagar esse valor.

5. O Seguro-Defeso, que paga um salário mínimo ao pescador artesanal em períodos de proibição de pesca, está com o cadastro inchado. Não era fiscalizado. Havia 1,3 milhão de pescadores registrados. Uma primeira revisão cadastral excluiu 258 mil benefícios indevidos, com economia anual de quase R\$ 1 bilhão.

A revisão cadastral do seguro-defeso começou no governo Dilma Rousseff e foi uma das primeiras medidas anunciadas ainda em 2015.

6. Revisões cadastrais em programas sociais que devem gerar economia de R\$ 4 bilhões.

Os programas sociais têm revisões periódicas. No caso do Bolsa Família, por exemplo, mais de 2 milhões de famílias foram desligadas em 2014, em pleno ano eleitoral. Em 11 anos, mais de 3 milhões de famílias deixaram o Bolsa Família espontaneamente, por causa do aumento de sua renda. O programa Bolsa Família abriu oportunidades para quem não tinha nada. O Golpe quer impor o nada para os brasileiros pobres. O governo golpista espera que todos os ajustes sejam feitos justamente sobre os mais pobres. O programa para infância anunciado pelo governo Temer atenderá a apenas 200 mil crianças. Ora, o Bolsa Família atendia nada menos que 14 milhões de famílias.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

7. Inchaço da máquina pública. O governo tinha 24 mil cargos de confiança. Foram extintos 4,2 mil cargos e 10 mil só poderão ser ocupados por servidores concursados.

É mentira. O governo golpista converteu cargos em funções gratificadas. O fato é que desde o governo Lula, cerca de dois terços dos cargos comissionados são ocupados na administração pública por servidores de carreira. Os cargos efetivamente de livre provimento representavam apenas cerca de 1% dos cargos disponíveis no serviço público federal.

O crescimento da máquina, para garantir melhores serviços públicos, respeitados os limites fiscais, se deu por concurso público e mais de 50% foi para área de educação para expansão de universidades e institutos federais de ensino.

Na realidade, o gasto com pessoal no governo federal caiu de 4,8% do PIB em 2002, para 4,24%, em 2014. No governo FHC, a expansão da máquina se deu por contratos com organismos internacionais, que foram condenados pelo TCU.

8. O gasto do Ministério da Educação subiu 285% acima da inflação entre 2004 e 2014, mas as notas dos estudantes no exame do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) praticamente não cresceram. Muita despesa e pouco resultado.

O governo golpista não gosta de gastar com educação. Daí porque resolveu acabar com o piso para a educação na chamada PEC 241, a PEC do Teto dos Gastos Públicos.

A suposta ligação entre IDEB e gastos federais é falaciosa. O governo golpista não lembra que a competência federal é sobre as universidades e escolas técnicas, que tiveram a maior expansão da história entre 2004 e 2014.

Programas exitosos e fundamentais, como Prouni, Reuni, Pronatec, Ciência sem Fronteiras, Mais Educação, Brasil Carinhoso (creches) e tantos outros, não existiriam se não tivesse mais investimento em educação, realizados pelo governo Lula e Dilma.

Também não teria ocorrido a duplicação do número de vagas nas faculdades federais e a abertura do nosso ensino superior aos pobres e afrodescendentes, que teve enorme impacto social.

Quanto à qualidade, a propaganda enganosa do Golpe ignora a evolução que o Brasil apresentou em algumas áreas e graus de ensino (no PISA 2012, destaca-se que o Brasil foi o país que teve o maior avanço absoluto da proficiência em Matemática) e o fato óbvio de que a qualidade na Educação demanda longo tempo de maturação. Para os governos Lula e Dilma, a ignorância é mais cara que a Educação. Os golpistas pensam exatamente o contrário. Querem cortar os

investimentos em Educação.

9. Os maiores fundos de pensão de empresas estatais acumularam perdas de R\$ 113,5 bilhões nos últimos cinco anos.

O Golpe faz de conta que a culpa é do governo Dilma. Isso é MENTIRA. Não é competência direta do governo federal. São fundos de empresas independentes.

10. Prejuízos bilionários na Petrobras: R\$ 21,5 bilhões em 2014 e R\$ 34,9 bilhões em 2015.

O governo golpista esquece que a queda dos preços internacionais do petróleo elevou a crise a todas as grandes companhias de hidrocarbonetos. Foi durante a gestão de Lula que a Petrobras descobriu o pré-sal, a maior jazida descoberta nos últimos 30 anos. Se dependesse dos golpistas, isso não teria ocorrido, pois prospecção implica gastos, ainda mais em águas ultra-profundas. O Golpe quer realizar o sonho dos tucanos: privatizar a Petrobras. Com a desculpa dos prejuízos recentes, venderão o pré-sal a preço de banana e privatizarão a empresa. Venderão nosso futuro, comprometendo os investimentos sociais em benefício do povo brasileiro. Este é o verdadeiro prejuízo: vender o futuro do Brasil.

11. Prejuízos bilionários na Eletrobras: R\$ 6,2 bilhões em 2013, R\$ 3 bilhões em 2014 e R\$ 14,4 bilhões em 2015.

Os efeitos da seca ocorrida no semi-árido brasileiro – a maior dos últimos 50 anos – explicam parte do prejuízo. É preciso levar em consideração os efeitos do stress no sistema, o que aumentou em muito o custo de produção da energia. A tese dos prejuízos, contudo, é apenas uma justificativa para privatizar a Eletrobras. Foi assim, no passado, quando privatizaram algumas empresas do setor elétrico: produziam o fáctóide que as estatais eram inviáveis, pois estavam quebradas. Em seguida, venderam as empresas na bacia das almas.

12. Obras públicas inacabadas e com orçamento estourado.

Transposição do Rio São Francisco – obra se arrasta ao longo de anos e teve aumento do custo.

É mentira. A obra está com 90,5% de sua execução concluída. Havia recursos para terminar ainda este ano, mas o governo golpista reduziu à metade os trabalhadores nas obras. Trechos da obra estão finalizados. Eis aqui o que publicou a Globo sobre a obra de transposição em março de 2016.

Refinaria Abreu e Lima – aumento de custo e prejuízo para a Petrobras.

Leia mais em:

<http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/dilma-detona-gastos-milionario-de-temer-na-midia-propaganda-enganosa/>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

10/10/2016 - Sinttel-ES

Amos Genish deixa o comando da Telefônica Vivo. Eduardo Navarro assume

Amos Genish não será mais presidente da Telefônica Vivo a partir de 01 de janeiro de 2017. O executivo, que assumiu o cargo por conta da sua gestão à frente da GVT, comprada pela Telefônica por R\$ 22 bilhões, ficou no comando da empresa por dezoito meses. Genish será substituído por Eduardo Navarro, que está na Telefônica desde a privatização do setor.

A passagem de Genish pela Telefônica Vivo foi marcada pela condução da integração das operações Telefônica/GVT, com forte presença dos executivos da empresa adquirida por conta da gestão arrojada como espelho, mas também houve problemas internos – como o enfrentado com a ex-diretora de Marketing, Cris Duclos, demitida sob a suspeita de ter desviado de recursos por meio de contratos superfaturados com as agências de publicidade.

Com as teles, Genish também enfrentou resistência. A principal delas quando em agosto de 2015, durante a ABTA, declarou que o 'WhatsApp de voz era um serviço pirata e que as teles não deveriam fechar contratos com a empresa (referindo-se principalmente à TIM, Claro e Oi, que negociavam com a OTT). A declaração acirrou a disputa teles x OTTs no Brasil e criou um clima de guerra não desejado por boa parte das operadoras, que trabalhavam nos bastidores.

A questão interna com a ex-diretora de Marketing era tratada com cautela nos bastidores e a saída de Amos Genish do comando é vista como 'surpresa'. Mas é fato que o episódio pode ter criado 'ruídos' com os controladores espanhóis. Também é fato que Genish não participou dos últimos eventos setoriais. No comunicado enviado ao mercado neste domingo, 09/10, a Telefônica passa a informação que a saída do executivo foi um acordo entre as partes.

“O Conselho de Administração da Telefônica Brasil indicou em reunião realizada no dia 07 de outubro de 2016, Eduardo Navarro de Carvalho, atual CCDO – Chief Commercial Digital Officer – da Telefônica SA e Presidente do Conselho da Telefônica Brasil, como novo Presidente e CEO da Companhia a partir de 1º de janeiro de 2017”.

Segundo ainda o comunicado, a indicação aconteceu depois de “Amos Genish informar ao Conselho

de Administração da Telefônica Brasil sobre a sua decisão de deixar o cargo de presidente e CEO da Companhia no final de 2016. Adicionalmente, o Conselho aprovou a criação do Comitê de Estratégia, presidido por Amos Genish, que se manterá como conselheiro”.

Ainda no informe, o novo presidente, Eduardo Navarro, se disse honrado pela indicação. “Da sede da Telefônica, em Madri, e como Chairman da Telefônica Brasil, acompanho o dia a dia das operações no País e fico impressionado com a forte atuação e transformação da Telefônica Brasil. Estou entusiasmado com as oportunidades à frente e muito confiante que, em conjunto com a excelente equipe de gestão da Telefônica Brasil, vamos continuar construindo as bases fortes da Companhia. Em nome do Conselho de Administração, gostaria de agradecer ao Amos por suas contribuições e realizações extraordinárias.”

Abaixo, a íntegra do Comunicado ao mercado emitido pela Telefônica Vivo.

O Conselho de Administração da Telefônica Brasil indicou em reunião realizada no dia 07 de outubro de 2016, Eduardo Navarro de Carvalho, atual CCDO – Chief Commercial Digital Officer – da Telefônica SA e Presidente do Conselho da Telefônica Brasil, como novo Presidente e CEO da Companhia a partir de 1º de janeiro de 2017.

Esta indicação ocorre depois de Amos Genish informar ao Conselho de Administração da Telefônica Brasil sobre a sua decisão de deixar o cargo de presidente e CEO da Companhia no final de 2016. Adicionalmente, o Conselho aprovou a criação do Comitê de Estratégia, presidido por Amos Genish, que se manterá como conselheiro.

Este anúncio marca o início de uma nova fase para a Telefônica Brasil após o processo de integração formal com a GVT, que começou há quase um ano e meio, com a aprovação da sua aquisição. Durante este período, a Telefônica Brasil reforçou a sua competitividade e liderança no País com os seus principais indicadores financeiros (receitas, EBITDA e geração de fluxo de caixa) apresentando desempenho acima da média do mercado, assim como elevados níveis de qualidade.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Eduardo Navarro* é atualmente Chief Commercial Digital Officer (CCDO) da Telefônica S.A. Ele também é membro do Comitê Executivo do Grupo Telefônica e Presidente do Conselho da Telefônica Brasil desde junho passado.

Como CCDO, ele é responsável pelo crescimento da receita global e pelo desenvolvimento de uma visão holística para os segmentos de consumo e empresarial em uma realidade cada vez mais digital. Eduardo Navarro responde também pela curadoria da oferta comercial e pela evolução dos canais para garantir a melhor experiência comercial para os clientes da Telefônica.

Desde a sua nomeação como Presidente e CEO da Telefônica Brasil em 2015, Amos Genish levou a Telefônica Brasil a concluir com sucesso a integração da GVT, proporcionando sinergias acima das metas e estabelecendo uma cultura orientada a resultados e baseada em um sólido desempenho. Além disso, ele construiu uma forte equipe de gestão, que continuará liderando a Telefônica Brasil para atingir o seu máximo potencial. Ele também estabeleceu as bases estratégicas para transformar a Telefônica Brasil com um modelo de negócio fortalecido. Ao mesmo tempo, ele levou a Telefônica Brasil a solidificar a sua liderança de mercado e a superar o mercado em métricas financeiras e operacionais.

Após concluir com sucesso esta fase inicial de transformação e integração, Amos Genish tomou a decisão de deixar a empresa até o final de 2016 por razões pessoais. Até lá, ele irá colaborar com Eduardo Navarro e a equipe de gestão para assegurar uma transição harmoniosa e produtiva para o Grupo no Brasil.

José María Álvarez-Pallete, presidente e CEO da Telefônica S.A., agradeceu a Amos Genish por sua dedicação e compromisso à frente da Telefônica Brasil

durante os últimos dezoito meses. Ele também ressaltou que está muito satisfeito com a indicação de Eduardo Navarro para o cargo de Presidente e CEO da Telefônica Brasil, destacando a sua impressionante trajetória desde que se juntou ao grupo, em 1999.

Eduardo Navarro, por sua vez, disse: "Estou honrado em ser indicado como o próximo presidente e CEO da Telefônica Brasil. Da sede da Telefônica, em Madri, e como Chairman da Telefônica Brasil, acompanho o dia a dia das operações no País e fico impressionado com a forte atuação e transformação da Telefônica Brasil. Estou entusiasmado com as oportunidades à frente e muito confiante que, em conjunto com a excelente equipe de gestão da Telefônica Brasil, vamos continuar construindo as bases fortes da Companhia. Em nome do Conselho de Administração, gostaria de agradecer ao Amos por suas contribuições e realizações extraordinárias."

Amos Genish agradeceu aos colaboradores, ao Conselho de Administração da Telefônica Brasil e à Telefônica pelo seu apoio: "Sou grato por ter tido a honra de liderar a Telefônica Brasil durante 2015 e 2016, e sinto-me realizado por ter cumprido todos os objetivos-chave que estabelecemos no início de 2015. Hoje, graças ao alto nível da sua equipe de gestão, a Telefônica Brasil é líder absoluta no mercado brasileiro de telecomunicações, com o melhor desempenho operacional e financeiro. Agradeço aos colaboradores e ao Conselho de Administração pelo seu apoio durante este período. Eu tenho plena confiança que a Telefônica Brasil, liderada por Eduardo, vai continuar entregando resultados extraordinários e executando o plano estratégico."

***Com informações da CVM e da Telefônica**

**Ana Paula Lobo* ... 09/10/2016 ...
Convergência Digital**

07/10/2016 - Telesíntese

Acionistas aprovam saída da América Móvil da Nasdaq

Em alguns dias a operadora irá divulgar as condições aos acionistas

Os acionistas da América Móvil aprovaram hoje, 7, a saída da empresa da bolsa de valores norte-americana Nasdaq e da latina, Latibex

A empresa irá oferecer ao acionistas a opção de

receber a segunda parte dos dividendos que ainda faltam ser distribuídos em dinheiro ou em participação e irá publicar em alguns dias as condições dessa oferta.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

10/10/2016 10:47 - Carta Maior

'PEC 241 é condenação de morte para milhares de brasileiros'

Em vez de sacrificar a saúde e a educação no ajuste fiscal, ex-ministro propõe o enfrentamento à injusta estrutura tributária do País.

Subfinanciado desde a sua criação, o Sistema Único de Saúde já tinha a sua sustentabilidade ameaçada pelas transformações que o País passa: um acelerado envelhecimento da população, acompanhado do aumento da prevalência de doenças crônicas, a demandar tratamentos prolongados e dispendiosos. APEC 241, que congela os gastos públicos por 20 anos, apenas agrava o problema, com a perspectiva de perda real de recursos, avalia o médico José Gomes Temporão, ex-ministro da Saúde do governo Lula.

Aprovada por uma comissão especial da Câmara, a proposta deve ir a votação no plenário nesta semana. Para diminuir resistências parlamentares à aprovação, o relator Darcísio Perondi (PMDB-RS) combinou com o governo uma mudança no projeto. O congelamento dos recursos de saúde e educação começaria não em 2017, como previa a proposta original do governo, mas em 2018. Além disso, o novo relatório estabelece que a base de cálculo do piso da saúde em 2017 será de 15% da receita líquida, e não de 13,7%, como previsto inicialmente.

Mesmo com o alívio no primeiro ano, é prevista uma perda acumulada de centenas de bilhões de reais ao longo dos 20 anos de vigência. "Essa decisão do Congresso é uma condenação de morte para milhares de brasileiros que terão a saúde impactada por essa medida irresponsável", diz Temporão, em entrevista a CartaCapital. "Estamos falando de fechamento de leitos hospitalares, de encerramento de serviços de saúde, de demissões de profissionais, de redução do acesso, de aumento da demora no atendimento."

Para o ex-ministro, o País renuncia ao seu futuro ao sacrificar a saúde e a educação no ajuste fiscal. "Se existe um problema macroeconômico a ser enfrentado, do ponto de vista dos gastos públicos, há outros caminhos. Mas este governo não parece disposto a

enfrentar a questão da reforma tributária", afirma. "Temos uma estrutura tributária regressiva no Brasil, que penaliza os trabalhadores assalariados e a classe média, enquanto os ricos permanecem com os seus privilégios intocados".

CartaCapital: O que representa a PEC 241 para a saúde pública?

José Gomes Temporão: Todos nós, especialistas em saúde pública que militam pela reforma sanitária há décadas, estamos estarelecidos com essa proposta. De um lado, ela denota a ignorância do governo sobre a dinâmica do setor de saúde. Bastaria fazer uma consulta ao portal Saúde Amanhã, da Fiocruz, que abriga uma série de estudos prospectivos dos impactos das transformações econômicas, políticas e sociais no campo da saúde para as próximas décadas, para que a PEC 241 fosse repensada.

Estamos vivendo um período de aceleradas transformações no Brasil do ponto de vista demográfico, epidemiológico, tecnológico e organizacional. Essas mudanças vão pressionar substancialmente o Sistema Único de Saúde, ameaçando, inclusive, a sua sustentabilidade econômica.

CC: Um desses fatores de pressão é o envelhecimento da população brasileira, pois os idosos demandam maior atenção médica.

JGT: Sim, esse é um dos aspectos: a transição demográfica. O Brasil está passando por um processo de envelhecimento populacional muito rápido, praticamente na metade do tempo que a França levou para concluir essa mesma transição. Também há uma mudança no padrão das enfermidades.

Leia mais em:

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/-PEC-241-e-condenacao-de-morte-para-milhares-de-brasileiros-7/36982>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

10/10/2016 - Telesíntese

“Navarro será presidente de longo prazo da Vivo”, afirma CFO a analistas

Em conferência aos analistas hoje, 10, pela manhã, o CFO da Telefônica Vivo afirmou que Eduardo Navarro, o novo CEO da companhia, virá para dirigir a empresa por longo prazo. David Melcon fez essa afirmação porque o mercado tem suas preferências e as ações da operadora caíram 6% com o anúncio da saída de Amos Genish. Segundo o CFO, a operadora continuará com sua trajetória de se transformar em uma companhia digital fim-a-fim



Em conferência aos analistas, hoje, 10, o CFO da Vivo no Brasil, David Melcon Sanchez-Friera, afirmou que Eduardo Navarro, que assume a companhia

em primeiro de janeiro, no lugar de Amos Genish, veio para liderar a empresa por muito tempo, e não para um mandato interino, como chegou a perguntar um dos analistas. “Navarro será presidente de longo prazo da Vivo e está muito feliz em voltar para casa”, afirmou o executivo, em resposta à reação do mercado ao anúncio da mudança. As ações da operadora brasileira caíram mais de 6% na manhã de hoje.

Genish voltou a afirmar, durante a conferência, que estava deixando a empresa por motivos pessoais. Respondendo a um aflito consulto, sobre como era seu contrato com o grupo espanhol, o executivo assegurou que tem cláusula de exclusividade, o que o impede de participar de qualquer outro grupo de telecomunicações por vários anos. Mas não descartou a possibilidade de, no futuro, trabalhar para o grupo em esfera global, atuando no mercado de ações.

Segundo Genish, o papel do Comitê de Estratégia da companhia, que contará também com a participação de Ángel Vilá Boix e do ex-ministro Luiz Fernando

Furlan, irá fazer projeções sobre o comportamento do consumidor brasileiro, para auxiliar a tomada de decisão da empresa.

Genish disse ainda que, atualmente, a diretoria da Telefônica Vivo é formada por 18 vice-presidências e que não há mais diretores da GVT ou da Vivo, pois todos já estão integrados.

Conforme Melcon, a Telefônica Vivo continuará com a sua trajetória de se transformar em uma companhia digital fim-a-fim. “A big data finalmente está chegando nas telcos”, afirmou.

Anúncio

Genish explicou que a sua saída da empresa estava decidida desde setembro, e que o mercado seria comunicado em 25 de outubro. Mas a companhia resolveu antecipar a comunicação para ontem, 9, depois que o executivo foi procurado por um jornalista brasileiro com a informação.

Eduardo Navarro ingressou na Telefônica Brasil em 1999. Antes, foi consultor da McKinsey & Company, com foco em infraestrutura e projetos de telecomunicações na América Latina, Europa e África. Ele começou sua carreira como engenheiro na indústria siderúrgica brasileira com o Grupo Arbed.

Atualmente, preside o colegiado da companhia. No cenário internacional, acumula os cargos de diretor de planejamento estratégico e assuntos regulatórios para a Telefônica Internacional e diretor executivo digital comercial.